

# Um conflito à vista

JORNAL DO BRASIL 05 OUT 2007

P 44

**José Sarney,**  
ex-presidente da República,  
senador e integrante da  
Academia Brasileira de Letras

D S T Q Q S S

O HOMEM É UM SER VIOLENTO. Seu grande desafio foi como organizar-se em sociedade e estabelecer um sistema de convivência que tornasse possível a vida em comum.

Fukuyama chamou de “fim da História” o momento em que se consolidou um sistema liberal democrático de governo capaz de assegurar uma sociedade de paz,

justa e humana.

Mas a democracia é um sistema conflituoso. É quase impossível conviver numa sociedade com tantas contradições. O milagre de chegarmos ao Estado democrático foi a longa caminhada para um auto-governo, um regime de harmonia de poderes, divididos entre Executivo, Judiciário e Legislativo, um controlando o outro, num regime de pesos e contra-pesos.

O Brasil já atravessou o gargalo institucional e chegou a este patamar. Mas suas instituições ainda são frágeis. No Império, foi possível formar-se este grande país, construir a unidade que tem,

tendo como base estruturadora o Poder Moderador, que nas crises mostrou-se extremamente eficaz. Ele era exercido pelo imperador, o Conselho de Estado e o Senado Vitalício – que foi importante para assegurar o sentido de estabilidade de que necessitava uma nação em formação.

Veio a República e, na falta do Poder Moderador para essa função, apropriaram-se dela as Forças Armadas, com intervenções sucessivas no processo político. Chegou-se mesmo a construir uma tese de que esta era a “destinação histórica das Forças Armadas”, como definiu em livro o al-

mirante Custódio José de Mello.

Acontece que, numa democracia liberal amadurecida, a sociedade continua conflituosa, e ela só funciona com esse “poder harmonizador” exercido pelo Judiciário, guardião da Constituição e da Lei, expressão do pacto social. É o exemplo dos Estados Unidos, a mais conflituosa de todas as sociedades democráticas, impossível de existir sem uma Justiça forte.

O ministro Jobim, recorde bem, no dia de sua posse como presidente do STF, reclamou da deformação brasileira de querer que “a Justiça arbitrasse a luta político-partidária”. Isso deforma o

embate e envolve a Justiça na política, o que é um mal.

Agora, vemos o problema da fidelidade partidária, que devia ser resolvido pelos partidos e não pela Justiça. Não há um único estatuto de partido que considere a perda de mandato pela troca de legenda. A verdade é que não há fidelidade partidária porque não há partido e ninguém pode ser fiel ao que não existe.

A decisão do STF, contudo, tem uma vantagem e uma mensagem muito clara. “Façam a reforma política; se não fizerem, nós faremos”. Não há dúvida que é uma boa coisa, mas um conflito à vista.